

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, com início às vinte e uma horas, foi realizada na sala de sessões da Junta e Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro, a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de dezembro, com a presença dos seguintes elementos:

PS – Partido Socialista

António Miguel de Castro Fernandes
Tatiana Alexandra Lopes da Cunha
Valdemar Soares de Lima
Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva
Esperança Raquel Soares Vieira
Rui Pedro Fernandes Teixeira
Daniel Freitas Pereira
Ana Filipa Pedrosa de Almeida

Hugo José Machado de Oliveira

Coligação PSD/PP – Gaia de Novo

Joaquim Augusto Ferreira da Silva
Vitor Salomão Oliveira Martins

BE – Bloco de Esquerda

Vitor Manuel de Oliveira Barros

CDU – Coligação Democrática Unitária

Artur José Bastos Oliveira

Em representação da Junta de Freguesia

Dário Soares Freitas da Silva
Francisco Manuel Teixeira Ferraz
Abílio Fernando da Silva Ferreira
Lara Filipa Queirós Cardoso
Henrique Ribeiro Barros

Presidiu a esta Assembleia o Sr. António Miguel de Castro Fernandes, sendo secretariado pela Sr.ª Tatiana Alexandra Lopes da Cunha e pelo Sr. Valdemar Soares de Lima.-----

Sr. António Miguel de Castro Fernandes, Presidente da Mesa – Deu início à reunião. -----

Sr. Presidente da Mesa – Procedeu à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos, conforme constava do edital de 5 de dezembro de 2017 (**doc. 1 que se anexa apenas no original**), que eram os seguintes:

- 1 - Período de Intervenção Aberto ao Público.
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 3 - Período da Ordem do Dia.
 - 3.1. – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal, para o ano financeiro de 2018, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências necessários à execução do documento em epígrafe.
 - 3.2. – Apreciação e Votação da proposta da Junta de Freguesia para contração de empréstimo bancário.
 - 3.3. – Apreciação e Votação da alteração ao Regulamento Prémio Literário Almeida Garrett.
 - 3.4. – Apreciação e Votação da Ata n.º 03/2017 (Mandato 2013/2017).
 - 3.5. – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta.

Ponto 1 – Período de Intervenção Aberto ao Público.

Sr. Presidente da Mesa - Concedeu a palavra aos cidadãos do público que, nos termos regimentais, se inscreveram. -----

Sr. Carlos Barroso – Pediu esclarecimentos sobre as obras na Rua Colégio do Sardão, Rua da Tranqueira e Rua da Fábrica, questionando o tipo de trabalhos realizados, a qualidade de execução e a utilidade das intervenções e requalificações realizadas. Tendo questionado, ainda, sobre a Rua Sidónio Pais que era uma promessa eleitoral. -----

Sr. Manuel Luís Rocha – Identificou-se e disse que residia na Praceta do Anel, expôs sobre as dificuldades de visibilidade e circulação de pessoas e veículos na Praceta e na Rua do Anel, tendo apresentado como motivo, para as referidas dificuldades, o estacionamento permitido nos dois sentidos, pelo que propôs como soluções a colocação de um espelho no final da rua e de um sinal de proibição de estacionamento. Disse que tinha apresentado queixa sobre a limpeza de um terreno, que o problema deveria estar resolvido porque era um perigo iminente. Referiu que estava desempregado, tinha terminado a sua licenciatura no ano anterior, tinha realizado uma candidatura a um concurso público denominado “Empreende já”, queixou-se que tendo precisado de documentos dos Serviços de Secretaria da Junta de Freguesia para a candidatura teve que pagar e que nas Finanças também tinha que pagar, mas, em alternativa, por internet não tinha custos. Referiu, ainda, que a Junta de Freguesia não tinha qualquer tipo de apoio e que devia apoiar as pessoas nos projetos e iniciativas. Continuou, dizendo que a população estava envelhecida, que já tinha fechado uma escola e que tinham aberto mais lares de terceira idade, que era preciso fixar os jovens, para isso era necessário trazer investimento público e privado para a Freguesia, o que tencionava fazer e que pretendia a ajuda da Junta de Freguesia nesse sentido. Depois de apontar o custo elevado dos transportes públicos e de mencionar que os colegas se tinham ido embora da Freguesia e que ele ficava, pediu a intervenção da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal por considerar que a mobilidade era importante para fixar a população. Por último, referiu que os acessos a Oliveira do Douro eram estranhos porque saía da autoestrada para uma rua muito estreita, na qual circulava um carro de cada vez, e que os condutores não respeitavam os semáforos da Rua do Bolhão e terminou queixando-se que tinha que atravessar a Freguesia para abastecer o veículo e que pretendia ter um posto de abastecimento de combustível mais perto, mais próximo e central. -----

Sr.ª Manuela Morais – Perguntou se a Junta de Freguesia tinha conhecimento do motivo para estarem sempre colocadas fitas na rua junto ao café em frente à Farmácia Matias, o que impedia o estacionamento e se seria por motivo de obras. -----

Sr.ª Domitília – Expôs a situação da Rua Espiridião de Sousa, que havia um risco de incidente com o muro e passeio, ou seja, risco de desmoronamento e derrocada, porque tinha havido um período de seca seguido de chuva. Terminou dizendo que, com a sua intervenção, pretendia chamar a atenção para o local de acesso ao tanque e sugeriu a colocação de fitas ou barreiras para impedir e limitar o acesso ao local. -----

Sr. Presidente da Junta – Saudou todos os presentes na Assembleia de Freguesia, Presidente da Assembleia, Secretários, membros do Executivo, representantes eleitos e cidadãos, e prestou alguns esclarecimentos sobre as várias questões colocadas pelos cidadãos inscritos para intervenção. ----- Quanto à intervenção do Sr. Carlos Barroso disse que os oliveirenses não partilhavam da mesma opinião deste cidadão porque, em outubro, tinha sido avaliado o trabalho de quatro anos e que foi por isso que ganharam as eleições com uma maioria de sessenta e um por cento e enunciou e enumerou a vasta lista de ruas intervencionadas. Disse, ainda, que o Sr. Carlos Barroso tinha tido responsabilidades na Assembleia Freguesia e que o partido deste, ou seja PSD, tinha estado dezasseis anos na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e que nessa época não se preocupava com defeitos, nem reivindicava essas ruas, estava a fazê-lo na presente data porque tinham sido obras realizadas recentemente. Referiu que a Rua Sidónio Pais iria ser intervencionada por três fases definidas, delimitadas e organizadas por técnicos da área. Referiu, ainda, que a intervenção na Rua Sidónio Pais não era fácil porque a rua era estreita e a construção de passeios implicava a abolição do estacionamento, o que não era uma questão fácil para os moradores pela comodidade e segurança e, por isso, tinham que ponderar bem antes de decidir e intervir, tinham que analisar todas as variáveis e assumir o risco. Acrescentou que a obra da Rua Sidónio Pais ia ser feita, que tinham assumido esse compromisso e que a obra iria servir a população e os oliveirenses. No que diz respeito à Rua da Tranqueira, afirmou que tinha sido reconstruída na totalidade. Para terminar, manifestou contentamento com a intervenção porque o trabalho que estavam a desenvolver estava a incomodar e isso era sinal que estavam a fazer obra. Quanto à intervenção do Sr. Manuel Luís Rocha, informou que a Junta de Freguesia prestava muitos serviços à população, que eram serviços certificados, no entanto, as competências da Junta de Freguesia eram limitadas, que fazendo parte da ANAFRE pugnava para que as Juntas de Freguesia

tivessem mais competências, mas tinham limitações e quanto ao empreendedorismo, não via a possibilidade de uma autarquia poder financiar ou subsidiar um projeto. Acrescentou dizendo que a Junta de Freguesia dispunha do GIP (Gabinete de Inserção Profissional), com recursos humanos disponíveis para ajudar o Sr. Manuel Rocha e que tinham muito gosto em que ficasse na Freguesia. Quanto à Praceta do Anel e Rua do Anel disse que as limitações e dificuldades estavam ligadas à falta de civismo dos cidadãos no estacionamento dos veículos, que a Junta estava recetiva ao assunto e que iriam consultar a Câmara Municipal no sentido da colocação de um sinal. Continuou, respondendo à questão da limpeza do terreno, que não dependia apenas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal mas também dos proprietários dos terrenos e que os proprietários não dispunham de meios para pagar o IMI e para fazer a limpeza dos mesmos. Informou que na Câmara Municipal entravam, por mês, alguns milhares de processos e que a Junta de Freguesia solicitou à Câmara Municipal disponibilização do serviço de limpeza de terrenos. Terminou este assunto defendendo que, nas situações em que os proprietários não limpassem os terrenos, a Câmara Municipal, após notificação, deveria tomar posse administrativa dos mesmos, efetuar a limpeza, sendo a devolução da posse aos proprietários efetuada apenas depois de pagas todas as custas, ou seja, todas as despesas de limpeza e manutenção dos terrenos. Sobre o encerramento de escolas e abertura de lares de terceira idade, constatou que não era Oliveira do Douro que envelhecia, mas todo o país, que a natalidade era baixa em toda a Europa, sendo muito positivo para a Freguesia a abertura de lares de terceira idade, dado serem um resposta para as necessidades da Freguesia. Quanto à questão do posto de abastecimento de combustível, expressou a sua opinião no sentido de não concordar com a abertura de mais bombas de gasolina na Freguesia porque as existentes eram suficientes e os moradores não queriam estes equipamentos à porta de casa. Apontou como contraditório e contrassenso a preocupação demonstrada pelo Sr. Manuel Luís Rocha com a limpeza do mato e dos terrenos e não mostrava a mesma preocupação com a localização de bombas de gasolina junto às habitações. Informou que o processo de licenciamento e abertura de bombas de gasolina não era fácil, que não era um negócio muito rentável e que tiveram uma proposta para abertura de bombas de gasolina no cruzamento do Aveiro, o processo tinha dado entrada na Câmara Municipal mas a Junta de Freguesia foi contra a abertura das bombas de gasolina porque a gestão desses equipamentos tinha que ser feita de forma cuidadosa por questões de segurança e os moradores não gostavam da proximidade. Acrescentou que os postos de abastecimento mais recentes tinham uma localização mais afastada das zonas habitacionais por questões de segurança, que triplicavam o movimento automóvel e, até à construção da VL10, iria causar mais entropia ao fluxo de trânsito. Terminou afirmando que estava dedicado à Freguesia há dezasseis anos, que sempre deu tudo, com verdade e seriedade, pelo que, quando dizia que fazer uma parte da VL10 já era bom, não significava pouca ambição mas sim honestidade. Afirmou, ainda, que se generalizou a ideia que havia dinheiro para fazer tudo, obras e ruas, que era fácil mas na verdade custava muito dinheiro e que a direita acusava o PS de despesismo e depois vinham à Assembleia de Freguesia fazer exigências. Relativamente à intervenção da Sr.^a Manuela Morais, disse que o problema de conservação dos edifícios era um problema de todo o País, a nível da gestão de condomínio porque muitos edifícios antigos nunca tinham feito obras de conservação e manutenção. Informou que as fitas colocadas no local referido tinham como objetivo alertar para o risco de queda de materiais do edifício. Referiu que as pessoas tinham menos rendimentos e que não conseguiam pagar os condomínios, que estávamos a assistir à falência dos condomínios e a uma crescente degradação das habitações e edifícios, sendo um problema muito grave e que a reabilitação urbana deveria ser alargada às periferias. Terminou este esclarecimento informando que o processo corria os trâmites normais, comunicação aos serviços da Gaiurb, seguida de fiscalização e se ocorressem danos, intervenção da Proteção Civil. Quanto à Rua Espiridião de Sousa, situação exposta pela Sr.^a Domitília, disse que era uma prioridade para este executivo e mandato, dado ter sido anunciado nesta campanha, tal como a Rua do Outeiro e Soares de Oliveira, referindo os três tipos de intervenção necessários, sustentação de muro, arranjo da totalidade da rua (estacionamento e passeios) e circulação viária. Terminou dizendo que era um caso que não bastava intervenção na rua e que tinha que ser considerado o passeio, o muro e a circulação. -----

Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa – Informou sobre as regras de distribuição do tempo de intervenção pelas várias forças partidárias e procedeu à leitura da correspondência recebida pela Assembleia de Freguesia, tendo-lhe sido dado o destino adequado. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Cumprimentou e saudou todos os presentes, Assembleia de Freguesia e Executivo, disse que pretendia fazer uma Declaração Política, que de seguida passou a ler (**doc. 2 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Vítor Barros (BE) – Cumprimentou todos os presentes e apresentou: uma Moção sobre a "Gestão das cantinas passarem a ser da competência da Escola Pública" e procedeu à sua leitura (**doc. 3 que se anexa apenas no original**); uma Recomendação para "Arranjo de Passeio e Rua de Espiridião de Sousa" e procedeu à sua leitura (**doc. 4 que se anexa apenas no original**); uma Proposta sobre "Levantamento e publicação de todas as Coletividades da Freguesia" e procedeu à sua leitura (**doc. 5 que se anexa apenas no original**); e, por último, uma Proposta sobre "Sinalização e arranjo de Passeio na Rua Dr. Gaspar de Costa Leite", tendo também procedido à sua leitura (**doc. 6 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva (PS) – Cumprimentou todos os presentes, deu as boas vindas a todos os novos representantes, desejou a todos um bom trabalho e que todos contribuam para uma melhoria de vida dos oliveirenses para cumprimento do dever. Disse que as razões da vitória do PS, já tinham sido enunciadas na tomada de posse, importava saber o que fazer com a maioria absoluta que os oliveirenses lhes tinham dado e que com toda a certeza seria ajudarem o executivo a cumprir todo o programa, sem se excluírem da principal competência que era acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia. Acrescentou que, tal como tinha dito na tomada de posse, respeitariam os direitos de oposição, apesar da enorme minoria que esta representava, tentariam chegar a um consenso na elaboração do novo Regimento da Assembleia de Freguesia e que esperava que trouxessem contributos positivos para a Freguesia porque era isso que toda a população de Oliveira do Douro esperava de todos. Continuou dizendo que no passado fim-de-semana tinha havido um grande temporal, tendo provocado queda de árvores junto ao rio e que a Junta de Freguesia tinha tido uma atuação rápida e eficaz na resolução do problema e, ainda, que tinha conhecimento de uma ocorrência num telhado na Travessa da Tranqueira. Questionou se houve registo de mais ocorrências e qual a situação ou estado da Proteção Civil na Freguesia, se estava apta para dar resposta. -----

Sr. Presidente da Junta – Prestou alguns esclarecimentos sobre as várias questões colocadas. Quanto ao assunto apresentado pela CDU, dos trabalhadores da Codul, disse que desconheciam a situação por não ter havido manifestação pública da situação, nem os trabalhadores se terem dirigido à Junta a exporem a situação, acrescentou que compreendia os trabalhadores mas não tendo mais elementos sobre as circunstâncias não se poderia pronunciar. Quanto à proposta para "Sinalização e arranjo de Passeio na Rua Dr. Gaspar de Costa Leite" apresentada pelo BE, referiu que no local havia pouca circulação a pé, que a intervenção implicava a perda do estacionamento. Sobre a Moção apresentada, "Gestão das cantinas passarem a ser da competência da Escola Pública", esclareceu que o assunto não dizia respeito à Junta de Freguesia, e que era uma decisão governamental. Quanto à Proposta sobre "Levantamento e publicação de todas as Coletividades da Freguesia", respondeu que a informação constante na página da internet da Junta de Freguesia estava atualizada e correta, no entanto, pretendiam aperfeiçoar a referida página, estando a diligenciar nesse sentido. Frisou que a maioria das associações não tinha página nem correio eletrónico e que os nomes dos membros eleitos para a Assembleia de Freguesia já tinham sido alterados. Disse, ainda, que aceitavam a sugestão e que a tomariam em consideração. Quanto à intervenção do PS e respondendo à questão do registo de ocorrências e consequências da tempestade, informou que não tinha havido muitos estragos, um telhado de uma habitação tinha levantado na Travessa da Tranqueira mas os moradores tinham beneficiado rapidamente do apoio da Proteção Civil e Câmara Municipal, queda de árvores em vários locais, tendo indicado os locais, e alguns entupimentos nas zonas mais críticas, que estava tudo resolvido e que também tinham tido o cuidado de, anteriormente, terem procedido à limpeza das sarjetas como forma de prevenção. Informou, ainda, que no domingo à noite, cerca da meia-noite, percorreu a Freguesia, tendo enunciado os locais do referido percurso, e que estava tudo tranquilo. Quanto à questão da Proteção Civil, disse que informar era importante, que pretendia levar à Assembleia de Freguesia a Proposta de Criação da Unidade Local de Proteção Civil, era uma proposta que resultava da dinamização da Junta mas previa também a questão do voluntariado. Informou que participou num Seminário, em Lisboa, organizado pela ANAFRE e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde foi feita uma primeira sessão de formação para os órgãos dirigentes da ANAFRE e trabalharam na questão da criação das Unidades

Locais de Proteção Civil. Acrescentou que, enquanto coordenador da Delegação da ANAFRE Porto e em parceria com o Governo, tinham replicado a formação, não só para os associados da ANAFRE mas para todos Presidentes de Junta do Distrito, por serem os responsáveis da Proteção Civil ao nível local. Acrescentou que a referida formação tinha decorrido no Auditório em Valongo e que tinha sido entregue aos Presidentes da Junta o Colete de Identificação Civil para o Presidente da Junta para que pudessem entrar na zona de sinistro. Continuou, informando que, depois da questão dos fogos, tinham reunido em Lisboa com o Secretário de Estado, no sentido de reforçar o papel interventivo da Junta de Freguesia, não como entidade fiscalizadora mas sobretudo ao nível da prevenção, apelo e sensibilização da população. Concluiu referindo que estavam a trabalhar em conjunto com outras Juntas de Freguesia e pretendiam levar à Assembleia de Freguesia para discussão e ratificação a primeira Proposta de Regulamento de Criação da Unidade Local de Proteção Civil, contando com o contributo de todos. -----
Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento:

- Uma Moção, apresentada pelo Bloco de Esquerda, sobre a “Gestão das cantinas passarem a ser da competência da Escola Pública”, a qual foi Rejeitada por Maioria, com nove (9) votos Contra do PS, duas (2) Abstenções do PSD e dois (2) votos a Favor, um (1) voto do BE e um (1) voto da CDU. -----

Ponto 3 – Período da Ordem do Dia.

Ponto 3.1. – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal, para o ano financeiro de 2018, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências necessários à execução do documento em epígrafe. (doc. 7 que se anexa apenas no original).

Sr. Presidente da Junta – Disse que já tinha tido a oportunidade, aquando da reunião ao abrigo do estatuto de oposição, de tecer as linhas mestras sobre os documentos e que reservava a intervenção para algum esclarecimento necessário ao debate, tendo considerado não ser necessário apresentar novamente o documento. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Procedeu à leitura da sua intervenção **(doc. 8 que se anexa apenas no original)**. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes. Começou por dizer que era noviço nestas coisas e que quando ouvia estas discussões que era complicado. Disse que quando referiam maiorias e minorias, as minorias não existiam, que era uma injustiça, que estavam ali para fiscalizar e que era a obrigação de uma Assembleia. Relativamente ao documento Grandes Opções do Plano, disse que queria colocar algumas questões ao Sr. Presidente e que tinha dificuldade em analisar o documento porque era muito curto, acrescentou que tinha pedido as atas do mandato anterior com o intuito de ver o que se passou, para ter a noção de como isto funcionava e que gostava de aprender, sobretudo com quem já andava ali há muito tempo. Questionou e pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente sobre a forma de implementação, como se iria processar e os custos, nas seguintes atividades e iniciativas: programa de Terapia da Fala; Parlamento Jovem Local; Festival do Riso; Roteiro das Associações Locais; Noites de Fado; Cartão de Descontos no comércio local; Centro de Atividades Sénior de S. Tiago; Banco de Voluntariado Social. Continuou dizendo que sobre as obras nas ruas não iria falar porque não tinha elementos suficientes. Pediu, ainda, esclarecimentos sobre as atividades do Conselho da Juventude e a certificação dos serviços da Junta de Freguesia. Sobre o orçamento disse que ia falar de alguns números e pediu esclarecimentos sobre algumas rubricas: Serviços de Jardinagem; não encontrou no orçamento a Festa da Bifana, S. Tiago, S. to António; Protocolos com as Coletividades Despesas Correntes e de Capital; rubricas de cinco euros e cem euros, se seriam para acertar o orçamento ou para utilizar mais tarde; emblemas; prémios escolares e prémio literário; número de funcionários da Junta. Perguntou se havia necessidade de fazerem o empréstimo e se tinha sido feito algum empréstimo anteriormente. Sobre as obras na Junta de Freguesia questionou se teriam comparticipação/transfêrencia de verbas da Câmara Municipal ou se a Junta de Freguesia iria entrar com o capital. Relativamente aos Protocolos feitos em março com as Coletividades perguntou se já tinham sido liquidados ou se havia alguma coisa em aberto e se para o próximo ano eram os valores que estavam contemplados no documento. -----

Sr. Rui Pedro Fernandes Teixeira (PS) – Cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura da sua intervenção (**doc. 9 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu a palavra para questionar sobre o tipo de vínculo dos Assistentes Operacionais indicados no Mapa do Pessoal da Junta de Freguesia. -----

Sr. Presidente da Junta – Agradeceu as questões e prestou esclarecimentos e informações. Relativamente ao Sr. Representante da CDU, começou por dizer que apreciava a ironia enquanto figura de estilo e, como tal, o escritor Eça de Queirós, no entanto tinha batido à porta errada porque da sua parte iria ter sempre uma resposta franca, direta e aberta. De seguida, disse que tinha analisado os mapas dos resultados eleitorais dos últimos anos, para avaliar os resultados na Freguesia, e reparou na CDU, partido que considerava e estimava, tendo constatado que as pessoas mudavam mas os resultados eram sempre os mesmos e tendiam para diminuir a representatividade, logo, deviam atualizar o discurso porque diziam sempre o mesmo e estavam sempre contra tudo e todos. Referiu que na reunião ao abrigo do estatuto de oposição tinha tido a oportunidade de esclarecer e informar sobre a regularização dos trabalhadores precários, que era a favor da integração dos trabalhadores, pelo que, questionar e duvidar sobre o assunto na Assembleia de Freguesia, não era correto nem de bom-tom. Para que ficasse claro, afirmou mais uma vez que era a favor da integração dos trabalhadores precários e do descongelamento de carreiras. Acrescentou que eram custos adicionais, naturalmente com constrangimentos orçamentais, e que o dinheiro que ia para um lado era retirado de outro qualquer. Quanto às Comemorações do 25 de abril, lembrou que havia um histórico na Freguesia, nas últimas comemorações tinha estado presente uma delegação da Geminação com La Réole, com inúmeras iniciativas e atividades, sendo também o aniversário da referida Geminação e que não era a verba prevista de quinhentos euros para o ano de 2018 que tirava dignidade à cerimónia. Frisou que as Comemorações do 25 de abril iriam sempre ser dignas e que assinalavam um facto histórico da democracia portuguesa. Por último, informou que os Assistentes Operacionais estavam todos integrados no quadro há muitos anos. Dirigindo-se ao Sr. Representante da Coligação Gaia de Novo, disse que era um democrata, que já tinha ganho e perdido eleições, que por perder não se sentiu desvalorizado nem desonrado e citou Mário Soares “As derrotas só trazem vitórias e só é vencido quem desiste de lutar”. Acrescentou que lidou dezasseis anos em minoria com a Câmara Municipal e que respeitaram, como sempre tinham respeitado, as minorias. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Representante da Coligação Gaia de Novo, relativamente ao Projeto de Terapia da Fala disse que pretendiam avançar com um projeto piloto que, não sendo uma intervenção clínica, era um projeto de intervenção preventiva e precoce, a iniciar em janeiro do próximo ano, numa escola de um Jardim de Infância, através de um conjunto de sessões, não com um fim terapêutico, mas com um fim avaliativo e preventivo, com o custo mensal de cerca de cem a cento e cinquenta euros e que se o resultado fosse positivo seria para implementar em mais escolas. Frisou que o projeto tinha acompanhamento do Agrupamento de Escolas, Coordenador (a) do estabelecimento de ensino e professor (a) da turma. Quanto ao Parlamento Jovem Local, informou que se pretendia a criação de uma Assembleia de Freguesia com jovens selecionados nas Escolas, que criassem e dinamizassem uma sessão pública para exporem problemas, sendo o objetivo sensibilizar para a importância da participação cívica, conhecer as instâncias de poder local, podendo acompanhar o Presidente durante um dia, para perceberem e conhecerem a realidade. Acrescentou que esta iniciativa não era novidade, que era desenvolvida noutros locais. Sobre a criação do Festival do Riso, explicou que era uma atividade que pretendiam realizar, em duas sessões num fim-de-semana, uma sexta e um sábado, destinadas à atividade cómica, cobrando as entradas, não garantindo a rentabilidade mas sem prejuízo para a Junta, nem custos suplementares. Quanto ao Roteiro das Associações Locais, informou que se pretendia algo simples, um conjunto de referências, tal como já existiu em tempos, um livro do associativismo com referências às Coletividades, data de fundação e atividades desenvolvidas, para que as coletividades pudessem oferecer quando se descolassem. Sobre as Noites de Fado, referiu que já existiam há alguns anos que era uma atividade muito querida e com muita participação do público. Quanto à criação do Cartão de Descontos no comércio local, assinalou ser uma iniciativa que teimosamente mantinham no Plano, pois já tinham tentado implementar no mandato anterior mas não tinha havido muito interesse e adesão por parte da comunidade e comerciantes locais. Acrescentou que esta iniciativa tinha como objetivo incrementar o comércio local através de um cartão que atribuisse descontos àqueles que recorressem ao comércio local, contribuindo também para a redução do desemprego e explicou várias formas de funcionamento do Cartão de Desconto. Quanto ao Centro de Atividades Sénior de S. Tiago, esclareceu que teria um funcionamento idêntico ao de Quebrantões, que tem vindo a ser um sucesso, pretendiam garantir o

mínimo de condições de funcionamento, com um bar para lanche dos idosos e uma sala para as atividades a desenvolver com uma animadora a tempo parcial e disponibilizada pela Junta de Freguesia. Frisou que o Sr. Representante da Coligação Gaia de Novo se devia articular com os membros anteriores da Assembleia de Freguesia, dado serem do mesmo partido, para colher informação sobre como as coisas funcionavam porque toda a informação foi sempre veiculada. Continuou dizendo que as despesas correntes não eram todas más e que estavam a ter um aumento das despesas correntes porque as grandes despesas de capital estavam feitas, ou seja, os grandes equipamentos estavam construídos e enunciou todos os equipamentos disponíveis na Freguesia, ao nível da sede da Junta, escolas, pavilhões, apoio à terceira idade e acrescentou que nos próximos anos precisavam apenas de manutenção. Assinalou que a maioria das verbas atribuídas à Junta se destinavam a despesas correntes, dando como exemplo a manutenção dos espaços escolares e de jardins, também eram despesas correntes as despesas com atividades e iniciativas culturais, com o Centro de Quebrantões e quase todas as atividades desenvolvidas, o que se refletia no orçamento. Destacou e fez notar que todas as Juntas precisavam do apoio das Câmaras para fazerem obra e deu como exemplo a Rua Colégio do Sardão, a Rua Alexandre Herculano e outras. Referenciou que havia sempre um contributo e participação da Junta, sendo relevante e determinante a pressão exercida pelos Presidentes da Junta junto das Câmaras Municipais e elencou várias obras realizadas. Quanto à questão da certificação dos serviços da Junta de Freguesia, informou que a certificação é feita pela SGS aos serviços de secretaria ao nível de processos de atestados e cemitério. Esclareceu que a rubrica Serviços de Jardinagem dizia respeito a prestação de serviços de jardinagem porque grande parte dos jardins possuíam sistemas de rega que permitiam poupança de mão-de-obra e sensores para poupança de água, sendo, por isso, um investimento e não apenas despesa. Quanto a despesas de capital, referiu que entre outros apoios incluía o apoio à obra de construção do Complexo Desportivo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro. Esclareceu, ainda, que rubricas de cinco ou cem euros não eram acertos, eram apenas rubricas abertas e que o documento era um documento previsional, que nem tudo estava plasmado no Plano porque não era possível prever e antecipar tudo, uma vez que a Junta era uma entidade aberta e dinâmica. Explicou a rubrica dos prémios escolares, que correspondiam ao Prémio Padre Luís, Prémio Luz do Operário e Prémio Literário Almeida Garrett. Explicou, ainda, a rubrica dos prémios condecorações e ofertas, sendo troféus para coletividades quando apoiavam torneios, ramos de flores para romagens, compra de livros para oferta, por exemplo na iniciativa dos Ex-Combatentes, t-shirts para os Jogos Juvenis e espetáculos para os alunos de escolas. Quanto à Festa da Bifana informou não ter um centro de custos autónomo, estando alguns dos serviços previstos nos Serviços Especializados. Respondeu, quanto à questão do empréstimo, que nem se poderia considerar endividamento da Junta porque tinha que ser pago no prazo de um ano e tinha um limite de montante máximo de acordo com a lei, acrescentou que era uma questão de liquidez, era um instrumento de gestão financeira. Sobre as obras na sede da Junta respondeu dizendo que era óbvio que a Câmara Municipal iria entrar com capital. Quanto aos Protocolos celebrados com as coletividades, informou que os Protocolos previam uma cláusula que dispunha que o pagamento seria feito conforme disponibilidade de tesouraria, ficando a informação que uma parte já tinha sido paga e a que ainda não tinha sido constava do documento. Sobre os Acordos de Execução, informou que era intenção da Câmara Municipal aumentar o valor em 6%, sendo uma informação privilegiada porque tinha feito parte do grupo de trabalho de negociação dos Acordos de Execução proposto pela Câmara, que o assunto tinha ido a reunião de Câmara, que iria a reunião de Assembleia Municipal e posteriormente seguia para visto do Tribunal de Contas. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação os seguintes documentos:

3.1. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal, para o ano financeiro de 2018, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências necessários à execução do documento em epígrafe, o qual foi aprovado por Maioria, com dez (10) votos a Favor, nove (9) votos do PS e um (1) do BE, duas Abstenções da Coligação PSD/PP - Gaia de Novo e um (1) voto Contra da CDU – Coligação Democrática Unitária.

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Apresentou uma Declaração de Voto e procedeu à sua leitura (**doc. 10 que se anexa apenas no original**). -----

PONTO 3.2. – Apreciação e Votação da proposta da Junta de Freguesia para contração de empréstimo bancário. (doc. 11 que se anexa apenas no original)

Sr. Presidente da Junta – Começou por dizer que já tinha explicado este ponto, que se tratava apenas de um mero ato de gestão, não se tratava de endividamento porque tinha que ser pago em doze meses, ao fim de um ano, e que era uma questão de garantir liquidez. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento:

3.2. – Apreciação e Votação da proposta da Junta de Freguesia para contração de empréstimo bancário, o qual foi Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 3.3. – Apreciação e Votação da alteração ao Regulamento Prémio Literário Almeida Garrett. (doc. 12 que se anexa apenas no original)

Sr. Presidente da Junta – Sobre este ponto disse que não havia alterações de substância, apenas alterações para melhorar o funcionamento tornando o procedimento mais claro e correto e passou a explicar as alterações propostas: o texto passava a ser enviado em PDF; o documento de identificação passava a ser a digitalização do Cartão de Estudante; e inclusão da digitalização de um documento, emitido pelo professor de português do concorrente, a validar o texto a concurso. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento:

3.3. – Apreciação e Votação da alteração ao Regulamento Prémio Literário Almeida Garrett, o qual foi Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 3.4. – Apreciação e Votação da Ata n.º 03/2017 (Mandato 2013/2017).

Sr. Presidente da Mesa – Previamente informou que só procedia à votação quem tinha estado presente na reunião e colocou à votação o seguinte documento:

Ata n.º 3/2017 (Mandato 2013/2017) – Aprovada por Unanimidade dos presentes na Reunião em causa. -----

Ponto 3.5. – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta. (doc. 13 que se anexa apenas no original)

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu a palavra e procedeu à leitura da sua intervenção (doc. 14 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu esclarecimentos e informações sobre vários pontos e assuntos apresentados no documento Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta: quanto a obras diversas para quando estava prevista a segunda e terceira fase de requalificação da Rua Sidónio Pais; se os acessos ao Areinho estavam contemplados no Protocolo de reabilitação da frente ribeirinha; se a obra dos elevadores continuava parada e para quando estava prevista a sua conclusão; quanto ao programa de combate ao isolamento de idosos, se existia recenseamento de idosos em isolamento e qual o número; sobre o funcionamento do Gabinete de Ação Social, qual o critério de atribuição da habitação social e qual o pagamento em que estava inserido; qual o contributo da Junta de Freguesia na Corrida do Areinho realizada pela Proevents; sobre a reunião de balanço da VII Festa da Bifana com as coletividades, como era o procedimento das coletividades quanto à gestão de espaço e venda de produtos alimentares; para quando estava prevista a atualização do portal da Junta de Freguesia; e para quando estava prevista a construção do jardim da Praceta António Ribeiro da Costa. Por fim, perguntou se, na Freguesia, ainda existiam locais sem saneamento. -----

Sr. Presidente da Junta – Começou a responder dizendo que o nível de questões colocadas era de quem não conhecia minimamente a Freguesia, propôs aos Sr. s Representantes que o acompanhassem durante uma semana para darem uma volta pela Freguesia. Acrescentou que era preciso dignificar a função que desempenhavam, que era impressionante o tipo de perguntas colocadas, só seria possível por desconhecimento total da Freguesia. Informou sobre as obras dos elevadores da urbanização, que era um problema que se iria verificar noutras situações, que advinha do critério de contratação pública do

preço mais baixo e depois o que se constava era que as empresas não conseguiam cumprir e acabar as obras adjudicadas. Fez notar que as pessoas tinham conhecimento e estavam informadas desta situação. Continuou prestando vários esclarecimentos: sobre a limpeza de tanques informou que todos os tanques eram limpos todas as semanas; sobre a parceria com o Banco Alimentar que era a Junta que fazia o transporte dos bens alimentares em articulação com a Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior e a Fundação Padre Luís, com o objetivo de dar as melhores respostas para as famílias, acrescentou que o programa tinha a duração de dois anos e envolvia a distribuição mensal de toneladas de bens alimentares; sobre o Gabinete de Apoio à Comunidade que era constituído por uma equipa de psicólogos que prestava serviços na área da psicologia e apoio parental; sobre o apoio às coletividades que era feito em torno das iniciativas que as coletividades iam desenvolvendo; sobre os jardins com flores da época; sobre a limpeza de terrenos informou que foram limpos vários terrenos e que diligenciavam nesse sentido; sobre os compromissos que eram todos os compromissos no âmbito e inerentes a toda a atividade desenvolvida da Junta; sobre a Rua Sidónio Pais tinham conhecimento que a Câmara estava a integrar a situação na segunda fase do Acordo Quadro, prevendo-se o início da segunda fase logo de seguida e tendo como objetivo terminarem a obra até ao fim do mandato; sobre o recenseamento dos idosos que estava feito e que as situações estavam identificadas; sobre a Corrida do Areinho promovida pela Proevents, a Junta pediu as licenças com isenção das respetivas taxas, foi um acompanhamento institucional da corrida e que os custos de organização e segurança tinham sido suportados pela empresa; sobre a gestão de espaço das coletividades na Festa da Bifana explicou detalhadamente e todos os pormenores do procedimento realizado; sobre a atualização do portal da Junta de Freguesia já tinha prestado esclarecimento; sobre o jardim da Praceta António Ribeiro da Costa informou que o jardim estava pronto há mais de quinze dias; sobre as zonas sem saneamento que eram cada vez menos e referiu as situações que tinham conseguido solucionar junto das entidade competentes. Por fim, terminou agradecendo a colaboração de todos e desejou um Santo Natal, um Bom Ano Novo e Boas Festas a todos. -----

Sra. Tatiana Alexandra Lopes da Cunha, Secretária – Leu em voz alta a minuta da ata desta sessão ordinária (**doc. 15**), na presença simultânea de todos, a qual foi **Aprovada por Unanimidade** dos presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Agradeceu a presença de todos, desejou um Bom Natal e Ano Novo e sendo uma hora e trinta minutos deu por encerrada esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por ele ser assinada e por mim, que a subscrevi. -----

O Presidente, _____

António Miguel de Castro Formoso

A Assistente Técnica, _____

Ana Luísa Azevedo Dias Pires